

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MAYARA DO ROSARIO NUNES VELOZO

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: REFLEXÕES SOBRE O
PROGRAMA NA CIDADE DE PARANAGUÁ**

MATINHOS

2017

MAYARA DO ROSARIO NUNES VELOZO

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: REFLEXÕES SOBRE O
PROGRAMA NA CIDADE DE PARANAGUÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social do Setor Litoral da
Universidade Federal do Paraná como requisito à
obtenção do título de obtenção do grau de
Bacharelado em Serviço Social.

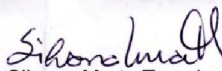
Orientadora: Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero

MATINHOS

2017

ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pela Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira e pela Profa. Lázara Luana Otto de Oliveira. Sob a presidência da Orientadora Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MAYARA DO ROSARIO NUNES VELOZO** (GLR20130666), sob o título *Medidas socioeducativas: reflexões sobre o Programa na cidade de Paranaguá.*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido APROVADA com conceito FS. A aluna deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD, até o dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, na Assessoria do Curso de Serviço Social.



Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero
Orientadora



Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira
Integrante da Banca



Profa. Lázara Luana Otto de Oliveira
Integrante da Banca



Mayara do Rosario Nunes Velozo
Aluna

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso, aos meus pais, irmãos, avós e amigos que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho. Principalmente a Deus, que sempre esteve presente, me ajudando, dando força e me fez entender que com fé e constante dedicação eu realizaria os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois é ele que me dá força, animo, paz e alegria e sem ele nada disso seria possível.

A minha mãe Cristiane pelo exemplo de garra, força e coragem frente às adversidades.

Ao meu pai pelo exemplo de fé, amor e dedicação em tudo que faz.

A minha família por todo o amor e paciência. Por sempre acreditarem nos meus sonhos e não permitirem que as dificuldades abalassem meus planos, minha imensamente gratidão.

Às amigas que eu conheci durante essa caminhada. Agradeço, pela amizade, e apoio depositados, além da companhia por todos esses anos, melhor convívio, não poderia encontrar.

Aos meus irmãos, que mesmo inconscientemente me incentivaram, sendo além de irmãos, agradeço de coração.

À minha orientadora Profa. Dra. Silvana Tumelero, pelo empenho, disponibilidade, paciência e incentivo no decorrer deste TCC, obrigada por tudo.

Aos meus amigos de longa data. Que sempre torceram e acreditaram na conclusão deste curso, sou muito grata.

Enfim, a todos que de alguma forma acreditaram, torceram e possibilitaram a concretização desse sonho, meu muito obrigada.

“Faça todo o bem que você puder, com todos os recursos que você puder, por todos os meios que você puder, em todos os lugares que você puder, em todos os tempos que você puder, para todas as pessoas que você puder, sempre e quando você puder.”

John Wesley

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a ação desenvolvida com os adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas que lhes são impostas em decorrência de atos infracionais praticados, observando sobre as condições em que os adolescentes cumprem as medidas socioeducativas. Para o desenvolvimento do TCC foram usadas entrevistas não estruturadas com os técnicos, que contribuíram com os documentos necessários e uma entrevista semiestruturada com aprofundamento, feito com a Assistente Social do MSE. Para tal usamos recursos bibliográficos e de pesquisa de campo. Neste trabalho, primeiramente abordamos a luta pela conquista dos direitos humanos da criança no Brasil, em especial, fizemos referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seus princípios e garantias e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Em seguida abordamos as medidas socioeducativas, como são caracterizadas, ofertadas e cumpridas. Explicamos e exemplificamos todas as medidas socioeducativas. Por fim no último item que integra o TCC, relatamos sobre os espaços institucionais nos quais os adolescentes cumprem as medidas socioeducativas e a manifestação dos profissionais da área, sobre o trabalho que está sendo feito com os adolescentes do Programa Medida Socioeducativa.

Palavras-chave: Direitos do Adolescente; Medidas Socioeducativas; Ato Infracional.

LISTA DE SIGLAS

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IFPR – Instituto Federal do Paraná

LA – Liberdade Assistida

MSE – Medida Socioeducativa

PIA – Plano Individual de Atendimento

PMSE – Programa Medida Socioeducativa

PSC – Prestação de Serviço Comunitário

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	13
2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	14
2.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE	15
3 O ATO INFRACIONAL DE ADOLESCENTES E O PROGRAMA MEDIDASSOCIOEDUCATIVAS	17
3.1 Prática do Ato Infracional	17
3.2 Medida Socioeducativa	22
3.2.1 Espécies de Medidas	25
3.3 Medidas Protetivas	34
4 MSE EM PARANAGUÁ	35
4.1 A abordagem ao adolescente infrator	35
4.2 O Programa Medida socioeducativa em Paranaguá	36
4.3 Os adolescentes integrantes do PMSE de Paranaguá (2014- 2016)	39
4.4 Relato da Equipe do Programa Medida Socioeducativa	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47
APENDICE	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi realizado a partir da vivência no processo de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social e a escolha do tema ocorreu através do convívio com os adolescentes em conflito com a lei e com os profissionais que atuam na área, o qual foi cumprido no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Ao iniciarmos no estágio fomos direcionados para a área de criança e adolescente, onde pudemos observar e perceber que era onde eu me desenvolvia e me adaptava melhor, sendo assim logo em seguida começamos a contribuir na Medida Socioeducativa, que por sua vez é voltada para os adolescentes em conflito com a lei, área a qual pude me envolver e me aprofundar com mais entusiasmo.

A adolescência é marcada por crises de identidade e conflitos próprios, que fazem com que muitos jovens se sintam diminuídos e descuidem de si mesmos, ou, ao contrário, elevem sua autoestima e se sintam onipotentes, adotando certas atitudes de risco, como é o caso do consumo de bebidas alcoólicas ou drogas ilícitas o que, por vezes, acaba levando-os a situações de maior risco como envolvimento em agressões, furtos, tráfico e vandalismo.

Então devemos ressaltar que, crianças e adolescentes quando cometem atos infracionais, provocam indignação de outros, ameaçando a sua própria segurança e despertando muitas vezes a ira das pessoas, passando a serem discriminados e com seus direitos desrespeitados. Sendo assim, quando o adolescente comete ato infracional, após processo judicial, ele será passível de receber uma medida sócio educativa prevista no ECA, uma verdadeira convocação à responsabilidade, mesmo que o programa ainda seja falho e falte muito para que realmente alcance o objetivo pretendido, ainda assim é necessário o seu cumprimento, pois os profissionais da área trabalham e acreditam que no mínimo, segundo eles, um entre 10 adolescentes terão uma conscientização ao passarem por essa medida de inclusão social.

O presente trabalho teve por objetivo mostrar e caracterizar os espaços onde os adolescentes infratores cumprem as medidas socioeducativas e ressaltar importância do seu cumprimento, pois, mesmo que, os adolescentes sejam sujeitos a todas consequências dos seus atos infracionais, não são passíveis de responsabilização penal. Sendo assim, são aplicadas as medidas socioeducativas, que tem como objetivo menos punição e mais educação, reinserção social, fortalecimento dos vínculos familiares e vínculos comunitários. Com isso as MSE seriam de efeito mais significativo na vida desses adolescentes, considerando que, elas levam conhecimento e consequentemente causam um efeito positivo.

Atualmente, os adolescentes se deparam com uma infinidade de possibilidades, muitas vezes contraditórias e conflitantes, mas que eles querem ter a oportunidade de explorar, testar e, às vezes, experimentar a qualquer custo e julgarem a seu próprio modo. A necessidade de rebelar-se e transgredir as normas faz com que os perigos e desafios se tornem atraentes, no entanto, esta conduta acaba por aumentar o grau de vulnerabilidade. Somada a estes fatores, a suscetibilidade a pressões grupais também contribui para o aumento da vulnerabilidade dos adolescentes, bem como provoca a baixa estimulação oferecida a crianças e jovens para o seu desenvolvimento pessoal e social. Além disso, a exposição à violência, a influência ao consumo de bens materiais, à falta da família (amor, atenção, limites, amparo e segurança) e de oportunidades na participação e exercício da cidadania, bem como a insuficiência de políticas públicas em saúde e educação são fatores que deixam nossos jovens, a cada dia, mais suscetíveis a cometer atos infracionais.

A escolha do tema se deu em razão do nítido avanço da criminalidade infantil. Dessa forma, o trabalho tem o intuito de mostrar as medidas socioeducativas e, ainda, demonstrar os locais onde os adolescentes cumprem a MSE e como elas são aplicadas nesses locais. Os adolescentes merecem uma atenção especial, não só do Estado, mas também da família e da sociedade.

Devemos priorizar nossos adolescentes e lutar para que seus direitos sejam efetivados da melhor maneira possível, lutar pela sua ressocialização. Para que no futuro, possamos ter menos jovens infratores e assim menos

adultos em nossos presídios, que bem sabemos estão superlotados. Com isso de forma breve, mostraremos o direito da criança e do adolescente.

É muito importante que saibamos o que a legislação assegura a esses jovens, então abordaremos todos os procedimentos realizados com esse adolescente, desde a prática do ato infracional e sua apuração até a aplicabilidade das medidas socioeducativas previstas pelo ECA.

É de grande relevância saber se as medidas são eficazes, e é necessário ir muito além, é necessário ter conhecimento da vida desses jovens. Por isso é importante a real efetivação do ECA e do SINASE e, junto a isso, um acompanhamento do Estado, da família e da sociedade, não tão somente após o cometimento do ato infracional, mas desde a concepção dessa criança.

O Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, através do artigo 112 do Estatuto, ao responsabilizar o adolescente autor de ato infracional, possibilita a autoridade judiciária competente aplicar a esta medida socioeducativa, como resposta a sua conduta transgressora. Permitiu introduzir no ordenamento jurídico brasileiro uma nova categoria de sanção, a denominada sanção socioeducativa, com conteúdo e princípios próprios, aplicada ao adolescente em conflito com a lei. Serão aplicadas medidas correspondentes as suas necessidades sócio-pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, observando a sua capacidade para cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Conclui-se, portanto, que a medida socioeducativa possui a natureza de uma sanção, no sentido de uma resposta social pelo ato infracional cometido, e cujo conteúdo deve ser prevalentemente pedagógico.

Este trabalho está estruturado em três partes, além desta Introdução. No próximo item abordamos os direitos das crianças e dos adolescentes, as normativas e alguns artigos sobre o tema. No terceiro tópico tratamos os atos infracionais cometido por os adolescentes e as medidas socioeducativas. O quarto item trata do Programa Medida Socioeducativa em Paranaguá e foi elaborado a partir de entrevista com duas pessoas da equipe técnica do Programa no CREAS, a partir de roteiro constante no Apêndice I deste trabalho.

2 DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Estamos em um período de grandes críticas à legislação do ECA referente ao seu cunho protetor, já que respaldados pela mídia e pela política, há discursos, que defendem a redução da maioria penal. Com isto surgiu recentemente o conjunto de PECs que pretendem essa redução, dentre elas, a PEC 33/2012. Apesar desta já ter sido rejeitada há em trâmite no Senado Federal novas (re)formulações sobre o mesmo tema. O problema é justamente que a proteção preconizada pelo ECA não atinge a todos, especialmente aqueles que precisam dela com urgência, como é o caso dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa. Esses jovens permanecem tendo seus direitos violados, e as unidades de internação seguem com mais uma lógica de perpetuação na via da criminalidade do que outras possibilidades de vida (REIS, 2012; RIZZINI & PILOTTI, 2008).

Já no século XIX, surgiram alguns problemas envolvendo crianças e adolescentes, no mundo inteiro e, inclusive, no Brasil. As causas se deram em razão do grande desenvolvimento das indústrias, quando começou o trabalho assalariado e a maioria das mulheres tinha que deixar seus filhos menores de idade, sozinhos, para que pudessem sustentar seus lares e, com isso, essas crianças acabavam por sofrer de alguma maneira descuidos (hoje referidos como negligências), o que as levavam a cometer crimes.

Com isso foram criadas e implementadas no Brasil algumas legislações, para frear o avanço da criminalidade infantil, mas todas se mostraram ineficazes. Mesmo assim essas legislações contribuíram na evolução do direito da criança e do adolescente, chegando ao estágio dos dias atuais.

Para Veronese e Custódio (2011, p. 12), "A história brasileira foi marcada pela negação de um lugar específico para a infância, decorrente da ausência do reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento que pudesse diferenciar a infância da fase adulta".

Veronese (1999, apud VERONESE e CUSTÓDIO, 2011, p. 18) afirma que o ECA veio alterar e substituir concepções obsoletas do Código de Menores, como as de discernimento, culpabilidade, penalidade,

responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. Abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o regenerar e educar. Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e à adolescência devem ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal.

2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal n. 8069/90 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), revogou o Código de Menores de 1979 e a FUNABEM, trazendo consigo todos os direitos da criança e do adolescente, adotando, em seu 1º artigo, a Doutrina de Proteção Integral, que reconhece a criança e ao adolescente como cidadãos de direitos, assegura os direitos da criança e do adolescente e a proteção integral dos mesmos. Sendo que a responsabilidade de proteção deve ser distribuída entre a família, o Estado e a sociedade.

Com o objetivo de garantir, por parte do Estado, um tratamento humanizado às crianças e adolescentes que se encontram em conflito com a Lei, devido à autoria de ato infracional, o ECA instituiu uma série de medidas com finalidade socioeducativa.

De acordo com Meneses (2008, p. 61):

Estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente três sistemas de garantias. O sistema primário, que diz com as políticas públicas, de atendimento à criança e ao adolescente; o sistema secundário, que se relaciona à proteção; e o sistema terciário, onde se encontram as medidas socioeducativas, decorrentes da prática do ato infracional. A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O Estatuto foi criado como Lei complementar, portanto, o ECA veio para atender a uma série de premissas trazidas pela Carta Magna de 1988. Em seu texto legal, ressalta os deveres da sociedade, do Estado e da Família para com esses jovens.

2.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE

Em 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) se uniram e apresentaram a proposta da criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE.

Em 13 de julho de 2006, o Sistema foi aprovado pelo CONANDA e, exatamente um ano após, foi apresentado como projeto de lei (PL 1.627/2007) ao Plenário da Câmara dos Deputados. Em 9 de novembro do mesmo ano, por Ato da Presidência da Câmara, foi criada uma Comissão Especial para analisar o projeto de lei.

Em 18 de janeiro de 2012, a Lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, com finalidade de regulamentar o processo ético-legal da aplicação das Medidas Socioeducativas. Neste sistema, há a preocupação de proporcionar ao jovem que comete atos infracionais diversos serviços e ações que lhes foram negados durante a sua trajetória de vida, entre eles: serviços de saúde, moradia, educação, dentre outros que lhes são de direito.

Ou seja, o SINASE, é a política pública que organiza e orienta a execução das medidas Socioeducativas aplicadas a adolescentes aos quais é atribuída a prática de ato infracional.

Partindo da legislação vigente, o Estatuto da criança e do Adolescente – ECA – (Lei Federal 8.069/90), e fundamentada na Resolução 119/06 do Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e na Lei Federal 12.594/12, busca estabelecer diretrizes para o adequado cumprimento do que foi pensado e definido em leis para a responsabilização e o acompanhamento educativo destes adolescentes. Seu principal objetivo é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Objetiva também: [...] articular em todo o território nacional os Governos Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente que infrator. (BRASIL, 2012, p. s/p).

O SINASE permite priorizar e unificar procedimentos, evitando que cada Estado adote uma política desvinculada das diretrizes nacionais.

Para Veronese e Lima (2009, p. 37):

O SINASE é fruto de uma construção coletiva envolvendo diversos seguimentos do governo, representantes de entidades de atendimento, especialistas na área e sociedade civil que promoveram intensos debates com a finalidade de construir parâmetros mais objetivos no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma política pública que verdadeiramente procura atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3 O ATO INFRACIONAL DE ADOLESCENTES E O PROGRAMA MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

3.1 Prática do ato infracional

O Adolescente de hoje sofre influência de muitos lados: a publicidade que incentiva o consumo; a tecnologia que nem sempre é usada para fins educativos, morais e éticos; a família que muitas vezes se faz ausente no desenvolvimento dos filhos, que não os acompanha em suas escolhas, desde seus primeiros passos no ambiente escolar, que não conhece seus amigos e com quem eles convivem, que não estabelece limites e que não dialoga.

Tanto as modificações corporais incontáveis como os imperativos do mundo externo, que exigem do adolescente novas pautas de convivência, são sentidos por ele, no começo como uma invasão. Através dessas mudanças, nas quais põe em questão a sua identidade, também vai se construindo em um plano consciente e inconsciente.

Às vezes parece que o adolescente está sendo usado para justificar a negligência de uma sociedade que o deixou de lado. As oportunidades para o crescimento educacional e profissional são marcadas pelas vivências educacionais e pelo contexto cultural.

Por outro lado, em razão de todo este processo conflituoso, os suportes educativos, familiares e sociais são fundamentais para auxiliá-los nessa trajetória entre o mundo infantil e as exigências do universo adulto. Considerando que o adolescente é também um sujeito permeado de ousadia, coragem, criatividade e necessidade de transformar, isto por vezes, pode ser entendido como transgressão.

Tudo isso promove uma série de conflitos e indagações pessoais, o que deixa o adolescente mais frágil e vulnerável. A sede da liberdade, a necessidade de se afirmar perante os amigos, o desejo de ter acesso a bens materiais e atingir um determinado padrão de consumo veiculado pela mídia, podem facilmente levar o adolescente a se perder no meio do caminho. Sem referências positivas, o jovem acaba se envolvendo em situações de risco e

atuando fora da lei ao praticar ações ilegais, como furto, roubo, assalto, latrocínio e homicídio.

O atendimento de adolescentes acusados da prática de ato infracional é uma tarefa complexa, que não pode, de modo algum, ficar restrita ao âmbito da Polícia, do Ministério Público e do poder judiciário, os quais, comumente atribuem ao ato infracional, o sentido de ação praticada por criança ou adolescente, caracterizada como crime ou contravenção penal, mas sim ter um tratamento adequado e especializado. Este deve partir de abordagens aos adolescentes e seus pais ou responsáveis, realizadas por profissionais qualificados da “rede de proteção”, que todo o município deve instituir e manter. Um dos primeiros desafios é, que não se pode limitar a aplicação de medida socioeducativa, mas sim também estar comprometida com a busca da melhor e mais eficiente solução.

Um princípio presente no ECA, é a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, cuja responsabilidade de proteção deve ser compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade.

De acordo com o Livro II, Título III, Capítulo I, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ainda que na definição de Ato infracional se considere o exposto pelo autor anteriormente citado, a diferença para com a abordagem do código penal é a inimizabilidade do adolescente, conforme exposto a seguir:

Art. 103 – Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Art. 104 – São penalmente inimputáveis os menores e dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei. Parágrafo único – Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente a data do fato. Art. 105 – Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

O Estatuto da Criança e do Adolescente utiliza a terminologia “ato infracional” para atribuir o fato praticado pelos mesmos, embora enquadrado como crime ou contravenção na esfera penal; só pela circunstância de sua idade, não se qualifica desta forma. Assim, para os atos infracionais praticados por jovens menores de dezoito anos, não se aplicam pena, mas sim medidas socioeducativas.

Também se encontram dispostos no ECA, os direitos individuais dos adolescentes que praticam atos infracionais, de acordo com os artigos 106 a 110 do ECA. Os quais mostram os principais direitos dos adolescentes como a não privação da liberdade, identificação dos agentes que o detém (aprendem e recolhem) e da devida comunicação imediata à família ou responsável.

Art. 108 – A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Parágrafo único – A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida. Art. 110 – Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Importante ressaltar que os menores de 12 anos, portanto, crianças, estão sujeitos apenas às medidas de proteção previstas no art. 101, que trata das seguintes garantias:

I – Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II – Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III – defesa técnica por advogado; IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Em conformidade ao preconizado pelo ECA, a aplicação de medidas socioeducativas necessita considerar a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração praticada. Basicamente, pode-se dividi-las em medida socioeducativas de meio aberto ou fechado.

Assim o Juiz, ao aplicar as medidas socioeducativas não se aterá apenas à gravidade do delito, mas especialmente, às condições pessoais do adolescente, sua personalidade, suas relações e referências familiares e sociais, bem como a sua capacidade de cumpri-la, assim como as necessidades da sociedade.

Liberati (2006, p. 62) afirma que “[...] se o ato praticado por crianças e adolescentes estiver adequado ao tipo penal, então terão praticado um ato descrito como crime ou contravenção penal ou, como preferiu o Estatuto, um ato infracional”.

Para cada ato infracional praticado por um adolescente, haverá uma medida socioeducativa correspondente, e, se esse cometer mais de um ato, responderá cumulativamente, atendendo aos princípios da necessidade e individualização de cada um, que é de acordo com a disponibilidade de horário e que não prejudique a sua frequência escolar ou outras responsabilidades que o adolescente tenha.

Embora tensa a relação entre punir e educar, a experiência do envolvimento e do acolhimento comunitários dos adolescentes em conflito com a lei pode gerar efeitos altamente positivos, desde que o jovem se sinta "[...] coparticipante no próprio processo de desenvolvimento [e]reconhecido como alguém que merece consideração" (CRAIDY; GONÇALVES, 2003, p. 2).

Desde essa perspectiva é possível desenvolver práticas pedagógicas de valorização da pessoa. Valorização que ocorre quando o sujeito se sente produtivo, útil, aceito, exigido, integrado num ambiente organizado onde as regras são claras, tem acesso a novos conhecimentos e encontra uma perspectiva de vida (CRAIDY; GONÇALVES, 2003).

Nesse sentido o ECA em seu Art. dispõe que

[...] as condições da medida devem ser práticas, precisas e tão poucas quanto possíveis, e terão por objetivo reduzir as possibilidades de reincidência do comportamento delituoso e incrementar as possibilidades de reintegração social do delinquente. (BRASIL, 1990c, Art. 9.1).

No Brasil, os meios de comunicação noticiam todos os dias que adolescentes estão sendo vítimas de violência de todas as espécies, muitos têm suas vidas ceifadas precocemente, sem terem a oportunidade de viver com dignidade, apesar do Estado de Direito lhes garantir.

Neste âmbito, o ECA assegura o direito à vida a todos, sem discriminação ou privilégios, tendo responsabilidades por esta garantia a família, a sociedade e o Estado, reafirmando o exposto no Art. 227 da Carta Magna (SILVA, 2001).

No que diz respeito à convivência familiar, o art. 227 da CF/88, por sua vez, impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação e à educação, inclusive à convivência com sua família, colocando-os a salvo de toda a forma de

negligência e crueldade. Desta forma, o adolescente deve ser criado no meio de sua família e, apenas excepcionalmente deverá ser educado em família substituta.

Assim, o art. 22 do ECA elenca os deveres dos pais para com os filhos, sendo então inseridos nos direitos fundamentais, pois a convivência familiar é de suma relevância para a formação e desenvolvimento no meio social, onde a família constitui a estrutura básica para o crescimento moral dos tutelados. Neste caso, não sendo possível a convivência com sua família de origem (biológica ou não), será encaminhado o jovem para outra família, por meio do instituto jurídico da guarda, tutela ou adoção.

Para o adolescente que não tem vínculos familiares, é privado de relações de afeto pela ausência de pais e que não possua atendimento de suas mínimas necessidades, limitadas são as perspectivas (SIMAS FILHO, 1992).

A delinquência, por sua vez, que tenha como protagonista um adolescente, vem alargando seus limites, sem a possibilidade de um pronto estancamento, merecendo tratamento diferenciado em relação às infrações praticadas por agentes capazes e imputáveis, pelo fato de que o menor de dezoito anos ainda não possui discernimento suficientemente desenvolvido para entender as consequências que seu ato poderá causar, uma vez que é uma pessoa em estágio de formação física e psíquica, conforme dispõe a Lei nº 8.069/90.

A maior parte dos jovens infratores brasileiros praticam furtos para garantir sua sobrevivência. Como também, uma grande parte é dependente de psicoativos (popularmente chamadas drogas) como a “maconha” e a “cola de sapateiro”, sendo estas as mais utilizadas. Percebe-se, pois, que a violência destes adolescentes, em sua esmagadora maioria, reflete situação similar ao meio em que vivem. Nestes termos, a flagrante falta de apoio, conduz esses jovens a adentrar a passos largos na marginalidade, fazendo deles atores desta trágica dramaturgia, na qual só existem vítimas. Estes jovens procuram nas drogas um refúgio, diante da realidade tão adversa e a prática de furtos é, tão somente, uma maneira de obter recursos para continuar sua interminável fuga.

As medidas socioeducativas possuem como desiderato principal demonstrar o desvalor da conduta do adolescente e as de internação de afastá-lo da sociedade, num primeiro momento, possibilitando-lhe a reavaliação da conduta e recuperação, preparando-o para a vida livre, a fim de que num segundo momento, possa acessar relações sociais que contribuam para sua condição cidadã. Eis, portanto, o caráter ressocializador destas medidas, as quais visam à superação da condição social do adolescente.

O trabalho designado como parte do cumprimento da medida socioeducativa deve ser gratuito, porém, deve causar reflexão por parte do adolescente infrator, o qual sentirá as exigências da retribuição sem se corromper, não devendo configurar-se caráter de uma relação de emprego. Não deve, contudo, ser imposta contra a vontade do adolescente, pois do contrário, corresponderia a trabalho forçado e obrigatório, o que seria proibido. Albergaria, citado por Wilson Donizeti Liberati, afirma que: “essa medida alternativa potencializa o conteúdo ético-social do trabalho gratuito, como oportunidade de enriquecimento do bem comum e crescimento espiritual da pessoa humana” (2004, p. 108).

Então, as tarefas deverão ser atribuídas conforme as habilidades e competências do adolescente e, na medida do possível, cumpridas de acordo com a gravidade do ato infracional praticado, de modo a não prejudicar a frequência à escola e à jornada normal de trabalho. Por fim, a medida supra referida é salutar, uma vez que desperta para a convivência em grupo.

Nestes termos, demonstra-se a importância do art. 119 do ECA, que além de promover socialmente o jovem e a sua família, também condiciona a sua frequência à escola e à profissionalização, como preceitos básicos de socializar o adolescente na sua comunidade.

3.2 Medida Socioeducativa

Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de configurarem resposta à prática de

um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo.

O objetivo da MSE é promover um conjunto de ações que proporcionem aos adolescentes um processo de reflexão acerca de suas práticas infracionais, bem como o que os motiva a cometer estes atos e, a partir disso, que ele desenvolva outras possibilidades de se relacionar, menos prejudiciais a si mesmo, às outras pessoas e com os bens públicos ou privados.

No final do processo socioeducativo, é esperado que o jovem esteja consciente da sua responsabilização perante a suas práticas e entenda que o universo dos direitos humanos envolve não só ele, mas também aqueles com quem ele convive e interage.

As MSE são aplicadas pelo Juiz da Infância e da juventude, a autoridade competente para a aplicação das sentenças socioeducativas. Elas são definidas após análise da capacidade do adolescente para o cumprimento da medida.

MSE são aplicadas a pessoas na faixa etária entre 12 a 18 anos, podendo-se, excepcionalmente, estender sua aplicação a jovens com até 21 anos incompletos, conforme previsto no art. 2º do ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente separa as medidas socioeducativas em dois grupos: o primeiro, das medidas em meio aberto, não privativas de liberdade (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida) e o segundo, das medidas privativas de liberdade (semiliberdade e internação). Essas medidas estão previstas no Capítulo IV, nos artigos 112 a 130 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - Advertência; II - Obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - Liberdade assistida; V - Inserção em regime de semiliberdade; VI - Internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. Art. 113 – Aplica-se a este capítulo o disposto nos arts. 99 e 100. Art. 114 – A imposição das

medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalva a hipótese de remissão, nos termos do art. 127. Parágrafo único – A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.

Durante o processo de execução das medidas, utilizam-se métodos pedagógicos, psiquiátricos e psicológicos, visando à proteção integral do adolescente e à sua ressocialização.

Liberati (2006 citado por MORAES; RAMOS, 2010, p. 833) afirma:

A medida socioeducativa é a manifestação do Estado, em resposta ao ato infracional, praticado por menores de 18 anos, de natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva, cuja aplicação objetiva inibir a reincidência, desenvolvida com finalidade pedagógica-educativa. Tem caráter impositivo, porque a medida é aplicada independentemente da vontade do infrator- com exceção daquelas aplicadas em sede de remissão, que tem finalidade transacional. Além de impositiva, as medidas socioeducativas têm cunho sancionatório, porque, com sua ação ou omissão, o infrator quebrou a regra de convivência dirigida a todos. E, por fim, ela pode ser considerada uma medida de natureza retributiva, na medida em que é uma resposta do Estado à prática do ato infracional praticado.

As medidas socioeducativas têm como objetivo à finalidade a que se destina. E em sendo a medida uma sanção de conteúdo sócio pedagógico, diversa das sanções civil e penal, que como visto anteriormente, se destina a reparação do dano, eventualmente ocorrido, e a punição, sempre com o intuito de evitar a reincidência.

O objetivo da medida aplicada deve ser possibilitar ao adolescente um despertar para sua responsabilidade social e dessa forma, proporcionar as condições necessárias para se evitar que este volte a cometer atos infracionais.

Somente se alcançará esta finalidade, quando a medida aplicada garantir ao adolescente um projeto de vida que o liberte do submundo do crime e da marginalização, através de sua reinserção social, familiar e comunitária. Dessa forma, podemos destacar que existem três grandes núcleos importantes e decisivos para o processo educacional e de reeducação do adolescente que cumpre medida socioeducativa: a família, a comunidade e a escola.

A medida socioeducativa deverá assegurar ao adolescente a sua preparação para o exercício de sua cidadania, o seu desenvolvimento psíquico-social e sua profissionalização. É a educação para a convivência comunitária e familiar, para o trabalho e para a saúde.

Este objetivo está previsto no Estatuto, nas Disposições Gerais das Medidas Socioeducativas, no artigo 13 combinados com o artigo 100, que dispõem acerca das necessidades pedagógicas do adolescente, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, quando da aplicação de uma medida socioeducativa,

Desta forma o Programa de Medidas Socioeducativas passa a se estruturar de forma articulada, quebrando paradigmas de atendimento, unificando as políticas numa só ação e num só objetivo: o atendimento efetivo e com resultados positivos ao adolescente infrator.

O Plano Nacional do SINASE visa superar todos os fatores mencionados como impeditivos da consolidação do Sistema de Garantia de Direitos dos adolescentes, permitindo que eles reconstruam seu projeto de vida e integrem-se socialmente. O Artigo 35 da Lei Nº 12.594/2012 estabelece os seguintes princípios para a execução das medidas socioeducativas:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto; II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de auto composição de conflitos; III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida; V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido; VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente; VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida; VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; IX - Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Vale Destacar também que, como já dito, Crianças e Adolescentes praticam atos infracionais, porém a consequência será diferente para as duas categorias. Às crianças, somente poderão ser aplicadas as medidas de proteção (art. 98 c.c art. 101, Lei 8.069/90 – ECA), enquanto que para os

adolescentes podem ser aplicadas tanto as medidas de proteção, quanto as socioeducativas (art. 112, ECA).

3.2.1 Espécies de Medidas

Existem dois tipos de MSE. Uma em meio aberto, que inclui medidas de Advertência, reparação de dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida; o adolescente permanece em casa e só vai para a unidade para receber atendimento realizado por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. E outra, em meio fechado, a qual inclui medidas privativas de liberdade (semiliberdade e internação). Medidas que são determinadas de acordo com a gravidade do ato infracional. O adolescente permanece recluso e cumpre a medida nas unidades de internação oferecida pelo Estado, onde recebe assistência para o desenvolvimento social, psicológico e físico.

A advertência:

É a primeira medida judicial aplicada ao adolescente que comete ato infracional e, consistirá na admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada conforme o art. 115 do ECA (BRASIL, 1990). Não se trata de simples “conversa de rotina”, tendo em vista que dela resultará um termo, no qual estarão contidos os deveres do adolescente e as obrigações do pai ou responsável.

Uma repreensão branda que inclui uma advertência ao adolescente sobre o ato praticado e aconselhamento para que não volte a fazê-lo. Esta medida é aplicada ao adolescente autor de ato infracional leve, adolescente primário, quando se considera que a advertência seja suficiente para correção do ato cometido. Seu propósito é evidente: alertar o adolescente e os seus genitores ou responsáveis para os riscos de seu envolvimento em atos infracionais. Para a sua aplicação é suficiente a prova da materialidade e indícios de autoria.

A advertência pode vir acompanhada de uma medida de proteção ao adolescente ou de medida pertinente aos pais ou responsáveis. É dispensável o contraditório, bastando apenas o boletim de ocorrência pela autoridade policial que tomou conhecimento do fato, devidamente autuado e registrado.

Logo após a manifestação do Ministério Público, será designada a audiência de apresentação, não carecendo de ouvir testemunhas e vítima, entretanto sendo importante a presença da família ou do responsável. Segundo Meneses:

[...] a advertência está vinculada a atos infracionais leves. Como resposta estatal, a advertência estaria caracterizando apenas um próximo passo depois do perdão, concedido por meio da remissão. Adverte-se o adolescente que o ato não está de acordo com a norma e que sua reincidência poderá implicar sanções. Então, a sanção está no ato de autoridade, de poder. Como antigamente eram as advertências familiares. (2008, p. 100).

A reparação de Danos:

O art. 116 do ECA (BRASIL, 1990) prevê a obrigação de reparar o dano, se o ato infracional tiver tido reflexos patrimoniais, determinando que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou por outra forma compense o prejuízo da vítima. Esta medida poderá ser substituída por outra adequada se existir manifesta impossibilidade de ser cumprida.

É a devolução da coisa, ou a indenização do dano causado ou a compensação do prejuízo da vítima, seja através de pagamento em dinheiro ou outra forma prevista em lei. Esta medida estende-se também aos responsáveis pelo adolescente. Vale ressaltar que qualquer dessas alternativas tem caráter eminentemente pedagógico, quer pelo efeito compensatório imediato, quer pela carga psicológica positiva no enfrentamento do ato por parte do adolescente.

Entretanto tal medida é pouco aplicada, porque a grande maioria dos adolescentes que praticam atos infracionais, integram famílias pobres, cuja renda é mínima e que não têm condições de reparar o dano que os filhos causaram.

O art. 103 do antigo Código de Menores (BRASIL, 1979), já dispunha que “sempre que possível e se for o caso, a autoridade judiciária tentará, em audiência com a presença do menor, a composição do dano por este causado”.

Na esfera civil, o pai é responsável e responde pelo dano que o filho venha a causar a alguém.

Tanto o legislador estatutário como o do código anterior enfatizam a importância de conciliar os interesses das vítimas dos atos infracionais com a não privação de liberdade dos adolescentes, ao assegurar-lhes a possibilidade de obtenção da reparação.

Segundo Meneses (2008, p. 101):

A impossibilidade social do cumprimento desta medida descola, de imediato, à abordagem das restantes em meio aberto: a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, utilizadas em boa escala nas respostas estatais aos atos em conflito com a lei.

A prestação de serviços à comunidade:

A prestação de serviços à comunidade, art. 117 do E.C.A, consiste em uma forma de punição útil à sociedade, onde o infrator não é subtraído do convívio social, mas desenvolve tarefas proveitosas a seu aprendizado e que atendem à necessidade e relevância social. Tal medida é limitada a um período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais, observando demais critérios estabelecidos no art. 117 do ECA.

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistências, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conformes as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingo e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (BRASIL, 1990, p.).

Esta prestação de serviços comunitários é uma maneira do adolescente ser útil à sociedade, servindo-a, melhorar a sua socialização e poder refletir sobre o ato infracional praticado. As atividades designadas aos adolescentes deverão levar em consideração as aptidões destes e ser realizado de modo a não prejudicar sua frequência à escola ou atividade laborativa.

Essa medida, faz com que o adolescente se sinta útil e inserido na sociedade, de forma que, ao manter-se em convívio social minimiza a

discriminação social. Por outro lado, ao se envolver com prestação de serviços comunitários, se afasta, ainda que parcialmente do contato com adolescentes e/ou adultos praticantes de ilícitos. Ainda, sem falar que está colaborando, de certa forma, para a melhoria da sociedade. O grande alcance desta medida é exatamente constituir-se em uma alternativa à internação.

Trata-se de medida de fácil controle e de quase nenhum custo, pois a sua fiscalização caberá à própria entidade beneficiada, que deverá encaminhar todos os meses ao Juízo, um relatório minucioso das atividades e se for o caso comunicará a ausência ou falta do adolescente.

A liberdade assistida:

Entre as diversas soluções apresentadas pelo Estatuto, para o enfrentamento da criminalidade infanto-juvenil, a medida socioeducativa de liberdade assistida é que possibilita ao adolescente o cumprimento da medida em liberdade, junto à família, porém sob o controle sistemático do Juízo e da comunidade. Conforme dispõe o ECA em seu art. 118,

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Art. 119 – Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I – Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II – Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III – Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV – Apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990, p.)

É uma medida na qual o adolescente permanece em liberdade acompanhada e tem regras a cumprir, sob acompanhamento de um orientador capacitado, com a responsabilidade de auxiliá-lo e acompanhá-lo na sua vida social (escola, trabalho e família), ajudando-o a redimensionar a sua convivência familiar e comunitária.

O orientador busca promover a proteção integral através do reingresso à educação escolar, profissionalização, inserção comunitária, manutenção dos vínculos familiares, assistência à saúde, assistência social e todas as necessidades básicas nessa fase da vida.

Há casos de adolescentes infratores que não comportam total liberdade de ação, sendo que, mesmo permanecendo com sua rotina de relações familiares e sociais, necessitam de maior acompanhamento. O jovem não é privado do convívio familiar, sofrendo apenas restrições à sua liberdade e direitos, tendo em vista a reeducação e a não reincidência, é o que prevê a art. 118 do ECA (BRASIL, 1990).

A medida de liberdade assistida destina-se, em princípio, aos infratores passíveis de recuperação em meio livre, que estão se iniciando no processo de criminalidade. Acolhida, pelo Código de Menores de 1979 (BRASIL, 1979), no art. 38, sob a denominação de liberdade assistida, aplicava-se aos delitos de desvio de conduta e infração penal.

A liberdade assistida tem o prazo mínimo de seis meses de duração, com a possibilidade desta medida ser prorrogada, renovada ou substituída por outra (art. 118, § 2º). Não basta a vigilância sobre o , como se faz em outros países, é necessário, sobretudo, dar-lhe assistência sob vários aspectos, incluindo psicoterapia de suporte, orientação pedagógica, encaminhamento ao trabalho, profissionalização, saúde, lazer e segurança social. Em resumo, a equipe técnica da Justiça da Infância e da Adolescência prepara um programa que o adolescente autor da infração deve cumprir, depois de avaliados os dados do processo judiciário.

Poderá ser feito um acompanhamento simultâneo do adolescente e de seus familiares sempre que se fizer importante o comprometimento de todos para o bom cumprimento, e o fim que se deseja alcançar, que é a reeducação e ressocialização do adolescente.

A participação da família facilita o estabelecimento de um contrato de ajuda mútua em torno das necessidades do adolescente e os limites que o cumprimento da medida contempla. O programa também realiza um diagnóstico psicossocial da família do adolescente, para a partir daí compreender melhor o adolescente em atendimento, bem como procura

auxiliar a família na busca de serviços adequados que possam suprir as suas necessidades e as do adolescente. A respeito da liberdade assistida, Saraiva (2006, p. 160), se pronuncia:

A liberdade assistida constitui-se naquela que se poderia dizer "medida de ouro". De todas as medidas socioeducativas em meio aberto propostas pelo Estatuto, é aquela que guarda maior complexidade, a reclamar a existência de uma estrutura de atendimento no programa de Liberdade Assistida apta a cumprir as metas estabelecidas no art. 119 do Estatuto. Ao mesmo tempo se constitui na medida mais eficaz quando adequadamente executada, haja vista sua efetiva capacidade de intervenção na dinâmica de vida do adolescente e de sua família.

A semiliberdade:

O regime de semiliberdade se trata de um meio termo entre a privação da liberdade imposta pelo regime de recolhimento noturno e a convivência em meio aberto com a família e a comunidade.

Art. 120 – O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º - É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º - A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (BRASIL, 1990, P.).

A semiliberdade dá o direito ao adolescente de frequentar a escola, cursos profissionalizantes e outras atividades formativas durante o dia, dentro ou fora da unidade de internação provisória, porém, obedecendo as normas desta, quanto ao horário de saída e retorno dessas atividades. Exige muita responsabilidade e comprometimento no cumprimento da medida de semiliberdade, sob pena de regressão para a medida de internação.

No art. 39 do antigo Código de Menores, a medida de semiliberdade já era prevista com a denominação de “Colocação em Casa de Semiliberdade” (BRASIL, 1979, s/p.), cuja admissibilidade só era possível como forma de transição para o meio aberto, pressupondo uma internação anterior.

No primeiro tipo, semiliberdade propriamente dita, o adolescente passará da permanência em uma instituição para a liberdade. No segundo tipo, que é o semi-internato, o adolescente passa da liberdade para a instituição, na

qual o adolescente deve passar o dia trabalhando externamente e só se recolhe à noite ao estabelecimento, em conformidade aos arts. 112, inciso V, e 120, §§ 1º e 2º do ECA (BRASIL, 1990).

Entretanto é obrigatória a escolarização e a profissionalização, não comportando prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Convém destacar que, tal medida pressupõe casas especializadas e preparadas para o recebimento desses adolescentes e, infelizmente, não se dispõe dessas casas para o acolhimento dos adolescentes, como forma de transição para o regime aberto, que seria o da liberdade assistida.

E disso os próprios legisladores têm pleno conhecimento ao promulgarem determinada lei, mas assim mesmo as aprovam, conscientes de que não serão devidamente cumpridas, o que contribui para a desmoralização do sistema, tornando-o não realizável em termos da Lei. E muitas leis por não serem devidamente cumpridas, não passarão de letras mortas.

Em outro ângulo, necessário ampliar cada vez mais a participação da sociedade civil nas instâncias democráticas dos Conselhos de políticas públicas, a exemplo dos Conselhos municipais de Direitos das Crianças e Adolescente, a quem incumbe fiscalizar o adequado funcionamento de todo o sistema de atendimento à infância e juventude (podendo inclusive requisitar serviços públicos para viabilizar a execução das medidas que aplica).

A internação:

Art. 125 – É dever do estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

A medida socioeducativa da internação é a mais severa de todas, por privar o adolescente de sua liberdade. Deve ser aplicada somente aos casos mais graves, em caráter excepcional.

Será permitida a realização de atividades externas à unidade de internação, segundo orientação da equipe técnica da entidade, somente com expressa determinação judicial. Essa medida também não tem prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada mediante decisão fundamentada no

máximo a cada seis meses. No entanto, em nenhuma hipótese, o será compulsória aos 21 anos.

Art. 121 – a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 1º - Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. § 2º - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. § 3º - Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. § 4º - Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou liberdade assistida. § 5º - A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. § 6º - Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

A internação deve ser a última medida, conforme recomenda o sistema, com um caráter eminentemente socioeducativo, que assegure aos jovens ali internos, privados de sua liberdade, cuidados especiais, como proteção, educação, formação profissional, esporte, lazer, etc, para permitir-lhes um papel construtivo na sociedade.

De acordo com o ECA, a internação só é cabível nas hipóteses do art. 122, incisos I a III (BRASIL, 1990, s/p.), e desde que não se possa aplicar outra medida mais adequada.

Finalmente, vale ressaltar que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescente, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (art.123).

Art. 122 – A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. § 1º - O prazo de internação na hipótese do início III deste artigo não poderá ser superior a três meses. § 2º - Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. Art. 123 – A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Parágrafo único – Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

3.3 Medidas Protetivas

As medidas protetivas previstas no artigo 101, incisos I ao VI, como por exemplo: orientação, matrícula obrigatória em escola, inclusão em programa comunitário, entre outras.

Art. 129 – São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção a família; II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII – advertência; VIII – perda de guarda; IX – destituição da tutela; X – suspensão ou destituição do pátrio poder. Parágrafo único – Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24. Art. 130 – Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

A criança acusada de um crime deverá ser conduzida imediatamente à presença do Conselho Tutelar ou Juiz da Infância e da Juventude. Se efetivamente praticou ato infracional, será aplicada medida específica de proteção (art. 101 do ECA) como orientação, apoio e acompanhamento temporários, frequência obrigatória em ensino fundamental, requisição de tratamento médico e psicológico, entre outras.

4 MSE EM PARANAGUÁ

4.1 A abordagem ao adolescente infrator

Neste capítulo descrevemos os procedimentos constantes nesta legislação, direcionados à abordagem do adolescente que cometeu ato infracional.

Ao ser abordado o adolescente no cometimento de ato infracional, primeiramente a autoridade policial averigua a possibilidade de liberar imediatamente o adolescente, ainda que, sob flagrante, ele poderá ser apreendido e conduzido à delegacia da Criança e do Adolescente, assim como diz o art. 172 do ECA.

Em caso de flagrante de violência ou grave ameaça à pessoa a autoridade policial ouve as testemunhas e o adolescente, assim requisita perícias e exames necessários à comprovação da autoria da infração (art. 173. ECA).

A autoridade policial, após esse procedimento, encaminha o Adolescente Infrator ao representante do Ministério Público com cópia do auto de apreensão ou o boletim de ocorrência.

O promotor, de posse do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, ouve o adolescente e, se possível, seus pais, bem como a vítima e as testemunhas afim de analisar o caso. Reconhecendo a gravidade do caso, deve [...]representar a autoridade judiciária para a aplicação de medida socioeducativa, conforme dispõe o Art.180 do ECA (BRASIL, 1990).

Com isso é instaurado o processo para a aplicação da medida socioeducativa que for mais adequada ao ato infracional.

Sendo assim o adolescente é encaminhado para o CREAS, onde se encontra a equipe do Medida Socioeducativa de Paranaguá, chegando lá ele é atendido por um dos técnicos para a acolhida e em seguida é agendado para o Plano Individual de Atendimento (PIA), a partir do qual a atuação profissional se volta à identificação de habilidades, vocações e interesses dos adolescentes na escolha do melhor local para o cumprimento da Medida Socioeducativa, sempre levando em conta o horário escolar, localização da residência e tudo que seja relevante para o cumprimento da Medida. Dessa forma, as atividades

e tarefas são atribuídas e, na medida do possível, cumpridas de acordo com a gravidade do ato infracional praticado, de modo a não prejudicar a frequência à escola e à jornada normal de trabalho.

4.2 O Programa Medida socioeducativa em Paranaguá

O Programa Medida Socioeducativa em Paranaguá fica dentro do CREAS, nos anos de 2015 e 2016 sua equipe era formada por 1 Psicólogo (a), 2 Assistentes Sociais e 1 Socióloga de maneira que não atendia, em seu início, as exigências legais do número de profissionais necessários à proporção de adolescentes atendidos, que é ter no mínimo, duas Assistentes sociais. Hoje a equipe continua incompleta e apresenta redução, com apenas 1 Assistente social, 1 Socióloga, 1 Educadora e sem Psicólogo(a), profissional técnico essencial para a execução do Programa.

Na condição atual, segundo informações de integrante da equipe deste Programa em Paranaguá, não há nem técnicos e nem educador e sem número suficiente para o atendimento de aproximadamente 160 (cento e sessenta) adolescentes.

Ainda na percepção de técnicos entrevistados para esta pesquisa, obtivemos a informação de que no período de 2015 até 2017 atuaram no Programa 04 assistentes sociais, o que demonstra a rotatividade da referida equipe técnica, dificultando a construção de um trabalho com real impacto na vida dos adolescentes, em especial se considerarmos o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a limitada oferta de locais para tal.

A permanência de profissionais técnicos no programa facilitaria contatos com instituições e programas que pudessem acolher adolescentes para o cumprimento das medidas, ampliando o número de espaços conveniados com o Programa.

Atualmente, para o cumprimento das Medidas Socioeducativas a equipe do Programa conta, com a Secretaria de Obras, Meio Ambiente, Instituto Federal do Paraná - IFPR e o Fórum de Paranaguá. Existem outros

espaços em processo de estabelecimento de convênios para serem assinados e ativados.

Em cada local de cumprimento há um prontuário com a frequência dos adolescentes e registro de informações sobre o desenvolvimento das atividades pelos adolescentes, sob a responsabilidade de um profissional definido na assinatura do convênio, o qual é o contato da Equipe do MSE.

São feitas reuniões com esses responsáveis, onde eles são instruídos de como devem agir com os adolescentes, e também os adolescentes são instruídos a se reportarem a essa pessoa em qualquer situação de dúvida ou dificuldade que eles tiverem no local de cumprimento e em casos de maior gravidade, eles são instruídos a se reportarem à Equipe técnica do Medida Socioeducativa de Paranaguá.

O monitoramento da frequência dos adolescentes é feito pelo profissional responsável de cada local, os quais são instruídos a comunicarem cada falta que o adolescente tiver. A cada duas faltas consecutivas ou três alternadas, a equipe do Medidas solicita que o adolescente compareça ao CREAS, quando é instruído pela equipe técnica, sobre as consequências das faltas não justificadas e como isso pode prejudicá-lo no processo de cumprimento da MSE. Este momento é relevante para a compreensão dos fatos e situações que causaram a ausência do adolescente ao local e às atividades de cumprimento da medida sócio educativa. Também orientam que sempre que precisar faltar por motivos relevantes, ele deve se reportar à equipe técnica do MSE, que comunicará ao profissional responsável pelo adolescente no local de cumprimento da MSE.

Cada local de cumprimento tem suas características, mas a equipe do MSE cobra, em geral, de cada adolescente a responsabilidade, respeito e a pontualidade. Alguns locais têm tipos de vestimentas específicas, por exemplo o Fórum, onde não dá para usar regata, bermuda ou boné, por isso eles são instruídos a não irem com essas vestimentas quando o local de cumprimento for o Fórum, porém em outros locais já não tem essas restrições, mas o principal mesmo é a responsabilidade ao cumprimento das regras.

No processo de assinatura do convênio entre o PMSE e a instituição de cumprimento da medida, segundo relatos da equipe, é neste momento que se

orienta o profissional responsável do local, sobre quais as atividades que os adolescentes podem cumprir, em acordo ao SINASE. Ou seja, o adolescente não pode praticar atividades insalubres, noturnas, suas atividades não devem se configurar como "mão de obra barata", não pode praticar atividades vexatórias nem exercer atividades que ponham em risco a vida dele. As atividades que eles exercem têm que ser de cunho educativo e sua condição infracional não pode ser exposta.

As Medidas aplicadas no Município de Paranaguá são a advertência, a reparação de Danos, a LA e a PSC.

A aplicação da advertência e da Reparação de Danos são de responsabilidade do Judiciário. A determinação do cumprimento desta espécie de medidas e faz de modo direto para o adolescente cumpri-la, através de ações de reparação em patrimônio e bens públicos ou privados, ou pelo ressarcimento monetário. Tal medida diferente da LA e PSC que são determinadas judicialmente, porém o acompanhamento de seu cumprimento é de responsabilidade do executivo, através do CREAS.

Já a Semiliberdade e a Internação não são cumpridas em Paranaguá, nem no Litoral, pois não existem casas de internação nesses Municípios. Quando o adolescente tem que ser internado, seu nome é inserido em uma lista de espera, podendo ser destinado para qualquer local no Paraná que tenha casa de Internação, com o risco de ser deslocado para outro Estado, quando não há disponibilidade de vagas no Estado do Paraná.

Na prática, cada local de cumprimento tem especificidades, na Secretaria de Meio Ambiente, por exemplo, os adolescentes trabalham com o cultivo de mudas frutíferas e ornamentais e também no auxílio ao Médico veterinário. No IFPR cada adolescente transita inicialmente por diferentes setores tais como: informática, laboratório digital, biblioteca, laboratório de mecânica industrial, meio ambiente e setor administrativo, e, conforme suas afinidades e habilidades, permanece em um desses setores. Na Secretaria de Obras, os adolescentes cumprem a MSE no setor administrativo e na garagem, nesta, na parte da oficina mecânica. Cada local tem suas características e sempre que possível, cabe ao adolescente escolher qual a atividade que melhor se identifica para realizar. Ainda, pelas informações da equipe do

Programa MSE, quem determina o tempo e o tipo da Medida é o Judiciário, não é o CREAS, o CREAS é apenas a parte executiva, que determina o local e hora de forma ajustada com o horário disponível do adolescente na semana, para o cumprimento da MSE.

Quando são atos infracionais mais graves, de acordo com os requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), eles podem chegar a ser internados em instituições para adolescentes, mas para crimes não tão graves ou em situações que não há reiteração de ato infracional, eles cumprem as medidas em meio aberto ou pela forma de serviços às comunidades ou liberdade assistida. Por isso, a necessidade do Plano Municipal Socioeducativo de Paranaguá. Atualmente é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) que executa essas medidas. Os adolescentes são encaminhados ao CREAS que tem uma equipe composta por quatro pessoas e tem que fazer Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada adolescente para encaminhá-lo para a Medida, mas eles não conseguem fazer com total sucesso, pois não deve ser apenas o CREAS o gestor de Medidas Socioeducativas. (PAIVA, 2017, s/p.).

4.3 Os adolescentes integrantes do PMSE de Paranaguá (2014-2016)

Referente ao MSE de Paranaguá, o número de adolescentes atendidos nos anos de 2015 e 2016, teve uma queda significativa se comparado ao ano de 2014, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Estatística de atendimentos por número de adolescente:

Mês	2014	2015	2016
Janeiro	97	01	10
Fevereiro	149	02	12
Março	152	03	01
Abril	176	01	12
Maio	160	01	07
Junho	114	02	04
Julho	119	0	7
Agosto	79	07	14
Setembro	78	03	03
Outubro	66	12	10
Novembro	50	10	12
Dezembro	40	07	08

Total	1280	49	100
--------------	-------------	-----------	------------

Tal queda se deu por algumas razões como a redução da equipe técnica e a mudança de local dos técnicos da equipe do MSE.

A seguir verificamos alguns dados sobre os Adolescentes Infratores, dados esses fornecidos pela Equipe do Medida Socioeducativa.

Classificação dos processos que integram o PMSE, sob responsabilidade da equipe técnica do CREAS em junho de 2017:

Aguardando respostas institucionais do adolescente	59
Em Cumprimento	32
Arquivados	21
Aguardando homologação judicial	19
PIA Inicial	17
Aguardando local para o cumprimento da MSE	16
Aguardando recebimento do processo judicial	2
TOTAL	166

Dentre os processos que circularam no CREAS no mês de junho/2017, apenas 20% deles se refere à acompanhamento direto de cumprimento das medidas pelos adolescentes.

Tipos de Infrações:

Trânsito	3
Ameaça	18
Contra fé pública	1
Contra o patrimônio	1
Contravenções penais	4
Dano	5
Desacato	2
Divulgação de video pornô	4
Estupro	1
Furto/Roubo	58

Homicídio	2
Lesões corporais	25
Porte ilegal de arma	1
Quadrilha ou bando	1
TOTAL	126

Nesta tabela observamos que os atos infracionais que envolvem Furtos e Roubos somam 64%, o que nos mostra que a grande maioria dos atos estão relacionados com a questão de Saúde – Drogadição, porque a maioria dos roubos e furtos são originados para a compra de substâncias psicoativas.

Adolescentes do Sexo Masculino e o Tipo de MSE no ano de 2017:

PSC	83
PSC e LA	39
LA	16
TOTAL	138

Adolescentes do Sexo Feminino e o tipo de MSE:

PSC	7
LA	4
PSC e LA	2
TOTAL	13

Nesta tabela vemos que o sexo feminino é de 10% e o sexo masculino é de 90%, com isso podemos levar em conta, a maior transição dos adolescentes do sexo masculino, como eles tem mais liberdade de circular por onde querem, tal liberdade que é restrita as mulheres, por muitas vezes serem mais zeladas, superprotegidas e cuidadas.

Bairros de procedência dos adolescentes infratores:

Ilha dos Valadares	11%
Jardim Iguaçu	7%
Vila Guarani	6%
Jardim Esperança	5%
Porto dos Padres	4%
Vila Divinéia	4%
Vila Garcia	4%

Nesta tabela podemos observar que a maioria dos adolescentes que cometeram Ato Infracional pertencem ao bairro Ilha dos Valadares e em seguida ao Jardim Iguaçu, fato que podemos levar em consideração as condições financeiras das famílias desses bairros, que são a grande maioria de baixa renda e onde também se encontram o maior numero de jovens que consomem substancias ilícitas, segundo dados levantados por técnicos do PMSE em Paranaguá.

Os demais se mostraram pulverizados, portanto não houve a necessidade de serem apresentados neste gráfico.

Situação Escolar dos Adolescentes:

Estudando	45%
Não Estudam	40%
Não Informado	15%

Os adolescentes que representam estudando são 45%, mas isso não quer dizer que estejam frequentando, pois 45% apresentaram apenas a declaração de matrícula. O que isso quer dizer é que o número de adolescentes em evasão escolar pode ser maior que 40%.

Por idade – Sexo Feminino:

Acima dos 18 anos	29%
-------------------	-----

17 anos	29%
16 anos	24%
15 anos	12%
14 anos	6%

A tabela Mostra que 58% das adolescentes do sexo feminino que vem cumprir a MSE estavam próximas de completar ou já tinham completado 18 anos.

Por idade – Sexo Masculino:

13 anos	1%
14 anos	2%
15 anos	10%
16 anos	19%
17 anos	27%
18 anos	32%
19 anos	7%
20 anos	1%
21 anos	1%

A tabela mostra que 38% dos adolescentes do sexo Masculino quando iniciam o cumprimento de MSE já tem mais de 18 anos. E 56% estavam com idade de 15 à 17 anos.

Adolescentes Matriculados na escola:

No Ensino Fundamental	60%
No Ensino Médio	37%
Ensino Médio Completo	3%

A tabela acima nos mostra o que podemos identificar durante os atendimentos, a grande maioria dos adolescentes estavam no Ensino Fundamental e por isso demonstraram tanta dificuldade de Leitura e Escrita.

Adolescentes que não estão Matriculados:

Ensino Fundamental	92%
Ensino Médio	8%

A tabela acima nos mostra que a maioria dos adolescentes pararam os estudos no Ensino Fundamental e dentro disso a grande maioria na 6º e 7º série.

4.4 Relato da Equipe do Programa Medida Socioeducativa

O texto a seguir se refere à transcrição literal do relato de membros da equipe do PMSE – CREAS, dos quais destacamos em nossas observações os elementos mais relevantes como a preocupação em reforçar o caráter educativo do Programa ao adolescente.

É, pode até ser ilusório, mas realmente eu particularmente acredito que o adolescente consiga com a MSE entender que não é um castigo, que ele fez algo de errado para sociedade, que a MSE seja de aprendizado. (Depoimento de Integrante da Equipe do PMSE-Paranaguá, 2017.).

Dentro da entrevista também podemos destacar a realidade que a equipe tem vivido no PMSE, no quis respeito ao convívio com os adolescentes e potencialidades do programa.

De realidade que eu tenho visto nesses 11 meses de MSE que eu estou aqui é que em poucos casos o adolescente tem conseguido entender, que a medida surgiu efeito, tem me dado esse orgulho de trabalhar na área, porque ver um adolescente que muitas vezes cometeu um ato, não só porque a gente só vê o lado ruim, “ah só muda de vida o adolescente que cometeu atos leves”, não, nós temos adolescentes que cometeram atos até mais graves como tráfico que conseguiram com o MSE sair dessa vida, o MSE resgatou ele para sociedade, eu realmente acredito que, em poucos infelizmente, ainda em poucos casos a MSE seja eficiente, não vai resgatar 100%, infelizmente em nenhuma área a gente consegue fazer um resgate de 100%, mas alguns, eu acredito que tendo uma equipe completa, tendo um equipamento que a gente possa trabalhar, a gente vai conseguir um resultado melhor, a gente faz o que está em nossas

mãos, mas eu particularmente, meu lado profissional, pessoal, eu acredito nas MSE sim, eu acredito que pode dar certo. (Depoimento de Integrante da Equipe do PMSE-Paranaguá, 2017.).

Dentro do convívio e de tantos fatos já presenciados, alguns encheram os técnicos de esperança com resultados dos trabalhos desenvolvidos e os motivaram a continuarem buscando resultados positivos.

Tivemos situações inusitadas, tivemos um adolescente que estava cumprindo no meio ambiente com o veterinário, ele terminou a MSE em agosto, fez o relatório final, quando foi em dezembro quando fomos recolher a pasta de outro adolescente, demos de cara com ele lá, perguntamos o que ele estava fazendo lá, ele falou que estava como voluntário, o veterinário falou que estava tentando uma vaga de cargo comissionado para ele, infelizmente não deu. Então, não é misturando o adolescente com o adulto que vai resolver, mas sim ensinando os de 17, 16, 15 e 14 o que eles não devem fazer. (Depoimento de Integrante da Equipe do PMSE-Paranaguá, 2017.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é um período de crises e conflitos, onde o adolescente conhece as drogas ilícitas, que os colocam em varias situações de risco e a cometerem atos infracionais, ameaçando sua própria segurança e despertando a ira das pessoas. Com isso, quando o adolescente comete ato infracional, ele esta passível de receber Medida Socioeducativa, prevista pelo ECA.

Essas Medidas tem como responsabilidade mais Educação e menos punição, com isso a MSE são de efeito significativo na vida de muitos adolescentes. Então a escolha e importância desse tema, se deu pelo grande aumento da criminalidade infantil e como devemos priorizar nossas crianças e adolescentes, para que no futuro tenhamos menos jovens infratores, e assim menos adultos nos presídios.

Ao realizar o estágio curricular de Serviço Social com os adolescentes em conflito com a lei pude perceber como é necessária a Medida Socioeducativa e como o seu cumprimento pode trazer uma real mudança para a vida dos adolescentes que por ela passam, mesmo com suas falhas e precisando muito de reestruturação, a Medida Socioeducativa vem ao encontro desses adolescentes para reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, buscando trabalhar com medidas que possibilitem ao adolescente se desenvolver e perceber como ele é importante e que ele pode sim ter credibilidade perante a sociedade, já que por sua vez grande parte desses adolescentes passaram por problemas dentro e fora de casa, muitos desde criança tiveram seus direitos violados e negados.

Assim concluímos como é importante o cumprimento das MSE e é por isso que os técnicos do programa lutam e trabalham tanto no que diz respeito aos adolescentes infratores.

[...] eles estão ali para entenderem, não é um castigo, não é uma pena, estão ali para entenderem que a MSE é para eles didaticamente aprenderem que o que eles cometeram foi um ato errado e que a sociedade precisa voltar a confiar neles, é isso que o sinase tenta [...] (Galvão, Perla, Assistente do MSE de Paranaguá)

REFERENCIAS

BONUMÁ, Tatiana. **Como ela pôde? Como a ciência explica o comportamento e as motivações dos jovens capazes de praticar crimes hediondos**. Revista Super Interessante, São Paulo, n. 184, p. 56-62, jan. 2003.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acessado em: 19/07/2017

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1998. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança** (Assembléia Geral das Nações Unidas). Decreto Legislativo nº 28 de 1990. Senado Federal, Brasília, 2004. In: TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, 2003.

BRASIL. Secretaria de direitos humanos. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei-2009**.

Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ilanud.org.br/midia/doc/Levantamento-Nacional-SINASE-2009-SDH-SNPDCA.PDF> . Acessado em: 13/05/2017

CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2006

Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Crianças. 1989

CRAIDY, Carmen Maria; GONÇALVES, Liana Lemos. Elementos para uma Pedagogia das Medidas Socioeducativas. *In: Medidas socioeducativas: da repressão à educação*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

DEBONI, Vera Lúcia. Entrevista Juíza Vera Lúcia Deboni. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8oRXTKpfKgM> . Acessado em: 25/01/2017

Didiácomo, Murillo José. **A importância do controle da execução das medidas socioeducativas**.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069.htm. Acessado em: 10/03/2017

GOMES, Luiz Flavio. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/06/10/defensores->

[publicoscriticam-propostas-de-reducao-da-maioridade-penal](#). Acessado em: 09/11/2016

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069.htm. Acessado em: 23/10/2016

Lei Nº 8.242 de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm. Acessado em: 08/08/2017

Lei Nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acessado em: 02/08/2016

Lei Orgânica de Assistência Social, 1993

LIBERATI, Wilson Donizeti. **O Adolescente e ato infracional: consequências da realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa**. 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional / Irandi Pereira, Maria Luiza Mestriner. – São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999.

MACIEL, Kátia (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MENESES, Elcio Resmini. **Medidas Socioeducativas: uma reflexão jurídica pedagógica**. 1.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

NETO, Manoel Cacimiro. **Medidas socioeducativas são eficazes, aponta especialista: Promotor critica a redução da maioridade penal e explica que punição contra menores deve corresponder a de adultos**. Disponível em: <http://www.crianca.pb.gov.br/noticia/70/>. Acessado em: 24/05/2016

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Renata Sordi Lopes. **O jovem em conflito com a lei e as medidas socioeducativa**. Entrevista concedida ao Jornal Folha do Litoral News pela Promotora da Vara da Infância e Juventude de Paranaguá e publicada no Blog Cidadão em Ação Paranaguá, em agosto de 2017. Disponível em: <http://cidadaoemacaoopgua.blogspot.com/2017/08/0-jovem-em-conflito-com-lei-e-as.html>. Acessado em: 21/08/2017

PRATES, Flávio Cruz. Adolescente Infrator: **A prestação de Serviços à Comunidade**. 1.ed. Curitiba: Juruá, 2002.

RIZZINI, Irma; FONSECA, Maria Tereza da. **Bibliografia sobre a história da criança no Brasil**. Marília: UNESP, 2001. 73p.

Rizzini, I. & Pilotti, F. (2008). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez.

Reis, C. (2012). **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROCHA, Marcus Vinícius. SILVA JÚNIOR, Fernando F. **A (I)legalidade da Intervenção Policial Militar em Unidades Sócio-Educativas do Estado de Sergipe: Um Estudo de Caso do Centro de Atendimento ao Menor de 2007 a 2008**. Salvador, 2008.

SAMOS, de Pitágoras. **Educar Crianças**. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/educar_crianças/. Acessado em: 29/03/2016

SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. In.: ANDRADE, V. R. Verso e reverso do controle penal. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

Serviço Social & Sociedade, julho de 2010.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e criminalidade no início do século**. In: Mary Del Priore. (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999, v. , p. 210-230.

SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de Direito Penal Juvenil: Adolescente e Ato Infracional**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei-2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ilanud.org.br/midia/doc/Levantamento-Nacional-SINASE-2009-SDH-SNPDCA.PDF>. Acessado em: 03/11/2016

SILVA, Enid Rocha A, Aquino LuseniMa. Cordeiro. **Desigualdade Social, Violência e Jovens no Brasil**. Brasília: Andi, 2004.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001

SILMAS FILHO, Mário. **Como é a vida na rua**. Revista Veja, São Paulo, n. 2, p. 40-41, 14 mai. 1992.

SINASE, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Secretaria especial dos direitos humanos**.

TELLES, Camila Thomaz (Org.). **Virando a Página**. 3.vol. Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2013.

VELASQUEZ, Miguel Granato. **Hecatombe X ECA**. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id527.htm>. Acessado em: 13/06/2016

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da Criança e do Adolescente**: Para Concurso de Juiz do Trabalho. 1.ed. São Paulo: Edipro Concursos, 2011.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Menoridade Civil: algumas reflexões sobre a teoria das incapacidades**, Revista da Faculdade de Direito da UFSC, Porto Alegre, v. 2, p. 123-142, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Ltr, 1999

VERONESE, Josiane Rose Petry; LIMA, Fernanda da Silva. **O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): breves considerações**. Disponível em: <http://periodicos.uniban.br/index.php?journal=RBAC> HYPERLINK. Acessado em: 02/10/2016

APENDICE 1

Roteiro de Entrevista para o TCC - (11/07/2017)

- 1) Vocês têm conhecimento de como o poder judiciário determina as medidas socioeducativas para cada adolescente?
- 2) Como é feito o primeiro atendimento com os adolescentes do Medida socioeducativa?
- 3) Como são determinados os locais que os adolescentes irão cumprir a MSE?
- 4) Quais são as instituições de acompanhamento e cumprimento das MSE – quais são elas/eles (espaços e instituições) ?
- 6) Como é escolhido qual adolescente irá para um determinado local?
- 7) Como é feito o acompanhamento do adolescente no local onde ele cumpre a MSE?
- 8) Quem acompanha o adolescente no local de cumprimento da MSE?
- 9) Como é feito o monitoramento do cumprimento da MSE?
- 10) Como são definidas as atividades e os objetivos que orientarão o adolescente no cumprimento da MSE?
- 11) Quais os tipos de MSE são mais frequentes
- 12) Quantos adolescentes passam por ano no MSE?
- 13) Quantos deixam de cumprir a MSE?
- 14) Como é determinado o tempo de MSE?
- 15) Como são realizados os atendimentos?
- 16) O que o profissional da área espera do programa?
- 17) Observações gerais sobre o trabalho em equipe multiprofissional no Programa.